

INDEPENDÊNCIA

Quem há de dizer que o Brasil não é um país independente?

É indiscutível o fato histórico da Independência há exatos 173 anos, quando no mês de setembro de 1822 o País deixou de ser colônia portuguesa, depois de 322 anos de colonização.

Temos, portanto, mais tempo de dependência que de independência. Talvez por isso ainda restem dúvidas, em pleno século 20, a respeito da soberania e da autonomia brasileiras.

Para aprofundar o assunto e abrir o debate, o **Correio Popular** convida três articulistas que dissecam a independência brasileira na economia, na literatura e na tecnologia.

José Ellis Ripper Filho alerta para o perigo de o Brasil ficar condenado ao eterno subdesenvolvimento e, portanto, à dependência, se não passar a encarar o desenvolvimento tecnológico como uma questão de estratégia e de segurança nacional. Carlos Eduardo O. Berriel lembra a necessidade da originalidade temática literária para que o País adquira sua identidade. No Romantismo e no Modernismo o índio foi o caminho escolhido para determinar fronteiras e caracterizar o País.

O economista Wilson Cano critica a condução do Neoliberalismo, iniciada por Fernando Collor e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso. Ele anuncia que o País não consegue governar seus destinos econômicos.

Os últimos momentos de dom Pedro na Corte são relatados pelo editor Roberto do Valle, que recupera as notícias divulgadas pela imprensa da época e os buxixos que circulavam entre a população local.

O **Caderno C ALMANAQUE** começa hoje seu debate mensal sobre os mais diversos temas, que podem ser sugeridos pelos leitores.



TECNOLOGIA

Ciência e Tecnologia, para quê?

JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO
Especial para o Correio

Muito se tem falado do fato de o Brasil investir pouco em ciência e tecnologia em comparação com os países desenvolvidos; pouco se tem falado de por que devemos investir e, principalmente, de como devemos investir em ciência e tecnologia.

Para bem ou para mal, estamos num processo inexorável de abertura de nossa economia. Numa economia aberta, ganha quem tem vantagens comparativas. O problema é que os novos processos de produção e o progresso de telecomunicações e transportes estão tornando vantagens naturais cada vez menos importantes e as vantagens criadas cada vez mais dominantes. Assim, por exemplo, recursos naturais vêm perdendo, rapidamente, sua importância no mundo. Matérias-primas representam cada vez menos porcentagem do valor dos produtos finais. Embora o Brasil seja relativamente rico em muitos produtos naturais, eles representam uma parte relativamente pequena da riqueza nacional e não apresentam potencial de crescimento significativo. Não é à toa que os tigres asiáticos se desenvolveram, apesar de serem pobres em recursos naturais. Nosso clima nos con-

ferre vantagem em muitos produtos do setor agropecuário. Embora parte desta vantagem seja anulada pelo protecionismo dos países desenvolvidos, podemos ampliar nossa atuação no setor, desde que haja uma verdadeira revolução tecnológica, que nos permita utilizar mais eficientemente esta vantagem. O baixo custo dos recursos humanos no Brasil é uma vantagem competitiva nos poucos setores onde o custo da mão-de-obra ainda é uma parte significativa do custo. É uma vantagem limitada; por um lado, existem países com mão-de-obra ainda mais barata e menos onerada por impostos e, por outro, o desenvolvimento baseado em mão-de-obra barata é autolimitante, pois impede o aumento do nível econômico da população, que deveria ser o objetivo do próprio desenvolvimento. A distância dos mercados importantes tem sido uma desvantagem natural até para o turismo e, por outro lado, tem contribuído

para nos proteger da competição estrangeira. A forte redução do custo, tanto do transporte como de telecomunicações, está reduzindo a im-

“Se o Brasil pretende se desenvolver, temos que investir em ciência e tecnologia, e levar conhecimentos à produção”

“Independência significa podermos ter a possibilidade de escolher nossos próprios caminhos”

portância deste fator.

Resta a tecnologia; é o único insumo que tem crescido na composição do custo de bens e serviços, além de ser, praticamente, o único em que países têm possibilidade de agir, criando vantagens competitivas. Na verdade, a tecnologia está mudando radicalmente a própria natureza destes bens e serviços e da própria sociedade. Tecnologia, e a formação de recursos para gerá-la e utilizá-la, tem sido a principal estratégia dos países que se desenvolveram neste século sua ausência tem rapidamente empobrecido grande parte dos países que não utilizaram esta estratégia. Obviamente, tecnologia só é fator de competição quando chega ao processo produtivo. Assim, se o Brasil pretende se desenvolver, temos não só que investir em ciência e tecnologia, como também fazer com que os conhecimentos gerados cheguem à produção. Não é por acaso que menos de um quarto dos recursos governamentais ame-

ricanos destinados à ciência e à tecnologia são destinados à pesquisa básica, o resto se destina ao desenvolvimento de produtos e à pesquisa aplicada e são prioritariamente canalizados, sob a forma de contratos, para suas empresas, assegurando assim sua competitividade e a manutenção no país de empregos de alto nível que constituem a principal riqueza de uma nação.

Pesquisa básica é um dos pilares em que o edifício de tecnologia da produção de apoio; entretanto, este pilar é pouco útil se não construímos o edifício. Pouco adianta reclamar da falta de investimento em pesquisa da parte dos empresários, nos países onde investimento ocorre existe uma política de estímulos e subsídios, em particular, em setores considerados estratégicos.

Muito se fez durante o período de mercado fechado, em termos de desenvolvimento tecnológico em vários setores, como por exemplo em telecomunicações; abandonar isso e não ampliar é não só nos condenar ao eterno subdesenvolvimento e a uma situação de dependência.

Independência significa podermos ter a possibilidade de escolher nossos próprios caminhos, para isto não basta hoje simplesmente evitar sermos ocupados militarmente por uma potência estrangeira.

José Ellis Ripper Filho é presidente da AsGa Microeletrônica, foi diretor do Instituto de Física da Unicamp e recebeu Prêmio Moinho Santista em 1987



HISTÓRIA

Momentos decisivos

ROBERTO DO VALLE

Rio de Janeiro

Agosto de 1822 — O jornal Revérbero Constitucional Fluminense publica forte manifesto contra as Cortes portuguesas, conclamando os brasileiros a lutar pela autonomia do País. Redigido por Gonçalves Ledo e com o aval do Príncipe dom Pedro, diz: “Já sois um povo soberano, já entrastes na grande sociedade das nações independentes, a que tínheis todo o direito”. E enfatiza: “É acabado o tempo de enganar os homens”. O clima é de tensão, expectativa e entusiasmo no afã do rompimento com a metrópole.

A péssima situação econômica concorre para exacerbar os ânimos. Ao voltar para Portugal, no ano passado, dom João VI devastou as finanças do Reino do Brasil, levando praticamente todo o ouro e valores. O manifesto do Revérbero apela ao Príncipe Regente: “Não desprezes a glória de ser o fundador de um novo Império”.

Cinco dias depois da proclamação ao Príncipe Regente, para que rompesse com Portugal, é dado a público hoje o “Manifesto do Príncipe Regente aos governos e nações amigas”. O texto, provavelmente redigido por José Bonifácio de Andrada e Silva, exorta os países e apoiar o Brasil. “Foi aniquilada a nossa categoria de Reino” pelas decisões de Portugal. “Nenhum governo justo, nenhuma nação civilizada deixará de compreender que, privado o Brasil de um poder executivo, só restava ser riscado para sempre do número das nações e povos livres”.

“Cáspite!” Exclamações como essa, de admiração e espanto, se ouviram nos meios influentes, por parte de brasileiros e portugueses afeiçoados ao Brasil. As forças do setor produtivo querem autonomia e livre-comércio, cerceados pelas Cortes portuguesas. A burguesia mercantilista de Lisboa tem feito de dom João VI um subordinado e quer transformar o Brasil em mero entreposto. Mas os brasileiros não abrem mão da reafirmação do poder de dom Pedro, que Portugal anulou. Agora não tem retorno, o movimento tomou conta do País e ganha ressonância internacional.

A subordinação das províncias brasileiras diretamente a Lisboa e a anulação da autoridade do Príncipe, desde o ano passado, já provocaram a reação nacional pela independência. Ainda mais que foram transferidos para a Metrópole os órgãos da administração pública, da Fazenda, do Comércio e da Casa da Suplicação (órgão da Justiça). O Brasil ficou reduzido a nada, administrativamente. E o decreto de Lisboa exigindo o regresso de dom Pedro desencadeou o sentimento nacional pela libertação. Em Lisboa, os 50 deputados brasileiros não conseguiram deter o ímpeto colonialista das Cortes. Mas agora a idéia da separação é dada como definitiva. Obteve bela acolhida o manifesto de dom Pedro às nações amigas, principalmente por parte da Inglaterra, que tem grandes interesses na abertura do comércio com o Brasil.

Desde o fim do ano passado, decretos vindos de Lisboa (duram mais de um mês para chegar) foram rechaçados pelo Príncipe. Têm sido infrutíferas as ordens portuguesas para que dom Pedro elege-se uma Junta Provisória de portugueses, passasse o governo à Junta e retornasse a Portugal. O movimento para que dom Pedro permanecesse foi fundamental, a 9 de janeiro último.

Agora se sabe que os líderes do movimento primeiro buscaram sondar dom Pedro a respeito de como receberia a idéia de proclamá-lo a ficar. Para isso, encarregaram Guarda-Roupa (camareiro) do Príncipe, chamado Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda. O Guarda-Roupa disse que ele hesitou de início, mas demonstrou estar desgostoso com as Cortes e a tutela em que o queriam manter os deputados lisboetas. Barbuda comunicou que a intenção do Príncipe era permanecer, “se assim fosse requerido”. Daí foi feito o abaixo-assinado da população com o pedido: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico”. A multidão, lembrou: “Agora, só tenho a recomendar-vos união e tranquilidade”.

De lá para cá as coisas evoluíram. O general Jorge de Avilez se pôs em armas contra dom Pedro, com a Divisão Auxiliadora portuguesa. Mas o Príncipe acionou contingente de dez mil voluntários e convenceu os portugueses a ir embora. E a 13 de maio dom Pedro foi aclamado pela Maçonaria como “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”. O Príncipe respondeu que aceitava, “mas apenas a segunda parte, pois o Brasil a si próprio se protegia”. Esses fatos propiciaram a convocação, por dom Pedro, da Assembléia Geral Constituinte independente de Portugal, a 3 de junho. Nada mais podia deter a vontade nacional.

São Paulo

Agosto de 1822 — O príncipe dom Pedro de Alcântara chegou a esta província dia 25 (aliás, o príncipe tinha 24 anos e um grande nome: Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon). Pôs fim às brigas entre setores influentes. Dom Pedro é talentoso, embora muito instruído. É franco, generoso, liberal e ativo. Tem toda a confiança dos brasileiros. Só cinco das 21 províncias não estão com o Príncipe. Mensageiros percorrem todo o País, acionados pela Maçonaria. Maçons como Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, o cônego Januário Barbosa pregam abertamente a independência, não apenas a autonomia comercial. É voz corrente que a convocação da Constituinte é ato decisivo de separação.

Ninguém duvida dos sentimentos liberais de dom Pedro. Sua alteza declarou, na reunião dos Procuradores Gerais das províncias, em junho, o seu afeto ao Brasil: “Sou filho do Brasil e pela minha nação estou pronto até a sacrificar a própria vida”. O príncipe, nascido em Portugal, veio aos 9 anos para o Brasil. É a favor de uma Monarquia Representativa, por sugestão de José Bonifácio. Em São Paulo veio “acomodar as discussões internas”, conforme declarou. Segundo soubemos junto à guarda, a comitiva deverá seguir até Santos, para esparecimento do Príncipe.

Urgente — Do Rio chegam informes de que a reunião do Conselho, a 2 de setembro, foi presidida pela Princesa Leopoldina. Patenteou-se na reunião a exaltação dos ânimos dos próprios membros, que são ministros e procuradores de várias Províncias. Motivo: “últimas notícias vindas de Portugal”, referentes ao projeto de enviar tropas ao Brasil e aos insultos dirigidos ao Príncipe Regente. Lucas José Obes, discursando em nome da Província de Cisplatina (que está em revolta, disse: “Que se não perca mais tempo; as Cortes já tiraram a máscara exigindo de Sua Alteza obediência a mais humilhante, e do Brasil humilhação nenhuma se exige de nossos maiores”.

6 de setembro — Dom Pedro chegou a Santos ontem no fim do dia. Sua Alteza aproveita para contatos políticos e visitas de caráter particular, como João de Castro Canto e Melo, pai de Domitila de Castro, protegida do Príncipe.

7 de setembro — Depois de chegarem a esta capital, os emissários Paulo Emílio Bregaro e Major Antônio Ramos Cordeiro rumaram para Santos logo que souberam que dom Pedro fora para lá. Eles levam mensagens da mulher de dom Pedro, dona Leopoldina e de José Bonifácio, além de bilhete do deputado Antonio Carlos e os decretos que vieram de Lisboa. Encontraram a comitiva de dom Pedro a meia légua do riacho Ipiranga.

Após ler as cartas que davam conta das decisões de Lisboa, inclusive o perigo de envio de esquadras para o Brasil, e mais as cartas, o príncipe dom Pedro ficou tenso. Cercado pelo seu séquito e pelos oficiais e soldados, afetando calma, entregou os papéis ao seu ajudante, dizendo qualquer coisa a meia voz. Ouviu o padre Belchior de Oliveira. Soltou algumas exclamações, declarou rompidas as relações com Portugal. Ouviram-se vivas à independência. Dom Pedro setenciou, aproximadamente às 16h30 daquele sábado: “Brasileiros! A nossa divisa de hoje em diante será ‘independência ou morte’! Estamos livres (?)”.

LITERATURA

O poeta recolhe a bandeira

REPRODUÇÃO FELIPE ORTIZ



NOÊMIA

Arte plumária e máscaras de danças dos índios brasileiros da artista plástica Noêmia Mourão (Mascarados Bororó), da coleção especial Sérgio Buarque de Holanda na Biblioteca Central da Unicamp

CARLOS EDUARDO O. BERRIEL
Especial para o Correio

Em dois momentos principais — o Romantismo e o Modernismo — os escritores brasileiros colocaram o problema da independência literária do país. Problema de fácil propagação pela sua capacidade implícita de despertar simpatia (quem poderia ser contra?), mas de dificuldade crescente, quando se questiona a natureza do problema e o estatuto de sua execução. Consoante à independência política, libertar-se-iam as Letras nacionais. Mas, se era evidente o opressor político (econômico, social), não o era da mesma forma o opressor literário. Quem oprimia a musa da nacionalidade? A colocação desta questão assim, tão primária, já indica como este problema era mais difícil de responder do que de formular. Na verdade, uma literatura não pode ser oprimida enquanto produção: a divulgação sim, mas o básico da produção — o ato da escrita —, este não.

A questão então se desloca para outro plano: a independência literária, roupa a ser lavada em casa, residiria na originalidade temática e formal das obras, significando que os escritores brasileiros deveriam abandonar os temas, ambientes e estilos literários que tinham dado cer-

to nos grandes centros (França, Inglaterra, Itália, Portugal, Alemanha etc.) e descobrir a cor local do país, nos temas particulares e principalmente uma linguagem e um estilo matizados pela nossa experiência coletiva. Estamos no Romantismo.

Em Alencar, já encontramos a particularidade nacional: "Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da car-

"O índio tornou-se a matriz romântica da nossa nacionalidade, com seus vocábulos incorporados à literatura pátria,"

naíba" é um tipo de verso reconhecível apenas por aqueles que compartilham do código interno da sensibilidade nacional, que se reconhecerão também nos versos de Casimiro, que cantam as "tardes fagueiras às sombras das bananeiras, debaixo dos laranjais".

Tu és divina e graciosa, língua portuguesa, última flor do Lácio, inculta e bela. Mas falamos a língua portuguesa? O mesmo Alencar já lançara fora os vis laços portugueses, e

incorporara ao idioma literário da terra as jandaias, a graúna, a carnaúba e o índio — já não versejávamos à lusitana.

Mas de onde vinham estas idéias de uma língua particular para o Brasil?

Este é um dos pontos básicos do Romantismo, e mais especificamente vem de um filósofo alemão chamado Herder. Dizia ele em seu clássico *Considerações sobre a filosofia da história da humanidade*, de 1788, que cada povo (ou raça) era formado pela longa vivência de uma parcela da espécie humana num dado ambiente geográfico, que modelava as características étnicas deste povo: isto explicava as diferenças raciais, e também as diferenças culturais — a diversidade dos ambientes geográficos aparecia na cor da pele e dos olhos, na textura dos cabelos, na altura dos corpos. Mas, como cada povo, ou raça, aprendia a falar e desenvolvia o seu idioma pela observação dos sons da natureza ao redor, aquela particular geografia estaria marcada também no idioma.

O desenvolvimento posterior deste idioma seria determinado pelo conjunto das experiências coletivas — guerras, doenças, alegrias, aventuras de seus heróis — uma vez que língua é memória coletiva de um povo. Pois bem, esta é a base teórica do nacionalismo dos idiomas. Como a teoria de

Herder viajou mundo, e chegou ao Brasil pelo livro da francesa Madame de Staël, *A Alemanha, os vates da nascente nacionalidade*, recém-libertada, puseram na cabeça a idéia de que o país só seria de veras livre se praticasse literariamente um idioma marcado pela nossa geografia, pela nossa sensibilidade, pela nossa experiência coletiva e intransferível — enfim, um idioma que expressasse a nossa raça. Épa! Raça? Que raça, cara-pálida?

Éramos, pelas considerações do viajante alemão Martius, a síntese inconclusa de três raças tristes, o negro, o português, e o índio. O português não poderia ser a matriz racial da nacionalidade, pois a independência se fizera pela ruptura com este elemento. O negro também não, pois como se poderia manter o estatuto da escravidão, base da sociedade, nacional, se dissessem que o negro era a matriz de nosso falar. Restava o índio — que entre Iracema, Peri e Macunaima. Mas, vejamos: o índio tornou-se a matriz romântica da nossa nacionalidade, com seus vocábulos incorporados à literatura pátria; mas esta mesma pátria, como um empreendimento agro-pastoril, às custas da destruição deste índio. O índio torna-se a base romântica da nacionalidade, que se constrói pela destruição do índio. Em psicanálise, isto é cha-

mado de esquizofrenia. Estamos falando do Brasil.

Na Alemanha e na França, os brasileiros românticos buscaram a base argumentativa da ruptura literária com a Europa. Aprendemos com os europeus o modo de colocarmos a nós mesmos no centro das questões literárias, com grande benefício para a auto-estima tropical. Iniciávamos o processo de relação pendular com o padrão ocidental. Isto quer dizer que,

"Na Alemanha e na França, os brasileiros românticos buscaram a base argumentativa da ruptura literária com a Europa,"

frente à vida européia, às vezes nos afastamos, em busca das características que nos distinguem, e às vezes nos aproximamos, em busca de reconhecimento, de novos motivos, e em fuga da barbárie que descobrimos no nosso way of life.

Se os românticos valorizaram nossas idiossincrasias, o Parnasianismo inverteu tudo: "O chique era mesmo ignorar o Brasil e delirar por Paris", diagnosticava Brito Broca. A flor de civilização que era Paulo de Gardênio,

autor do romance *Letícia* (eu também não li) escrevia em 1916: "Paris — Cheguei. Dormi pela primeira vez no meu berço. Sinto-me um recém-nascido. Vou aprender a falar."

Mas será nesta mesma Paris que o Brasil seria de novo descoberto, quando as vogas européias e as necessidades pátrias assim combinarem. Em 1924, ao prefaciar a *Poesia Pau-brasil*, o livro que foi base de um novo nacionalismo, afirmava Paulo Prado: "Oswald de Andrade, numa viagem a Paris, do alto de um atelier da Place Clichy — umbigo do mundo — descobriu, deslumbrado, a sua própria terra. A volta à terra confirmou, no encantamento das descobertas manufaturadas, a revelação surpreendente de que o Brasil existia. Esse fato, de que alguns já desconfiavam, abriu seus olhos à visão radiosa de um mundo novo, inexplorado e misterioso."

O Modernismo retornou ao programa romântico, que parecia inconcluso e que, desta forma, ficava atualizado. O índio passava agora pelo crivo da etnografia, como disse Antonio Candido, e adeus à inocência. Logo surgiria a dura poesia concreta nas nossas esquinas.

Carlos Eduardo O. Berriel é professor de Literatura Brasileira do Instituto de Estudos de Linguagem (IEL) da Unicamp

ECONOMIA

INDIPENDÊNCIA OU MORTE (da soberania nacional)

(econômica)

INDIPENDÊNCIA OU MORTE

WILSON CANO
Especial para o Correio

Por independência política de uma nação devemos entender aquela situação em que, formalmente, uma Nação passa a se constituir de forma politicamente organizada. Isto se dá pelo desmembramento de parte de uma nação anterior, diversas formas de descolonização ou, ainda, pela liberalização de uma Nação que esteve, durante algum tempo, submetida à dominação de outra.

A maior parte das descolonizações ocorridas se deu por meio da gestação de interesses econômicos de uma burguesia nascente na colônia, que passaram a conflitar com os da burguesia metropolitana e os do próprio Estado colonizador.

Onde esses interesses puderam se desenvolver de forma mais rápida e avançada — por "cochilo" ou impossibilidade de controle efetivo da Metrópole —, a independência econômica precedeu a independência política. Este foi o caso dos Estados Unidos, onde os interesses mercantis e capitalistas dos habitantes das 13 colônias da Nova Inglaterra se fortaleceram sobretudo entre fins do século 17 e meados do seguinte, ampliando suas bases produtivas e seu comércio externo. Claro que isso foi possível, em grande parte, pelo longo envolvimento bélico inglês na Guerra Civil e nas guerras externas. A independência política dos EUA (1776), conquistada pela guerra, apenas chancelou a soberania econômica que de fato já vivia naquela nação.

Também no Brasil, ao longo dos 300 anos de efetiva exploração colonial, foram se

formando interesses mercantis na colônia e uma acumulação de capital (ou de riqueza), a despeito do controle e da repressão metropolitana. Várias revoltas e conjurações se deram — principalmente a partir da segunda metade do século 18 — mostrando o aumento dos conflitos e o crescente sentimento de independência.

Não tivemos a sorte do "cochilo" metropolitano, como no caso dos EUA, mas também não sofremos os graves problemas de um conflito bélico. Apesar disso, e em decorrência das invasões napole-

“ Não tivemos a sorte do 'cochilo' metropolitano, como no caso dos EUA, mas também não sofremos os graves problemas de um conflito bélico ”

ônicas em Portugal, haja vista que o ato de D. João VI concedendo a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, significava, de fato, o fim do monopólio colonial e nossa emancipação comercial externa. Formalmente, nossa independência política só seria obtida em 1822.

Contudo, a ratificação de nossa soberania nos custou algumas concessões, notadamente ao Tesouro e aos bancos ingleses... A despeito das dívidas portuguesas que tivemos que assumir, as pressões sobre nossa soberania não foram grandes durante o século 19:

como exportávamos produtos não-concorrenciais, mas complementares, e como importávamos capitais e produtos manufaturados, não havia significativos choques de interesses entre nós e as grandes potências. O "osso" mais duro foi a repressão inglesa ao tráfico negreiro "tolerado", ainda assim, até 1850-1855. A outra grande ameaça foi a do Paraguai, na década seguinte, a qual, infelizmente, foi resolvida pela força.

No período de 1880-1929, como nossa indústria era ainda incipiente e "leve" e dependíamos da importação de bens, principalmente de capital e de insumos industriais, também não tivemos grandes problemas, pois não exercíamos nenhuma contestação aos interesses maiores dos países industrializados. Tivemos de tolerar a ingerência inglesa na época da borracha e levaríamos algumas décadas para retomar nossas principais jazidas de minério de ferro indevidamente controladas pelo aventureiro Farquhar. Por outro lado, nossa heterodoxa política de colonização cafeeira constituiu, em termos de política econômica, um pioneiro ensaio de soberania econômica nacional.

A política econômica nacional iniciada por Vargas, já nos anos 30 começaria, porém, a ameaçar ou contrariar poderosos interesses internacionais. Exercemos efetiva soberania econômica até 1945. Fizemos avançar o Estado, a regulamentação da economia, do capital estrangeiro, da legislação social e trabalhista. A industrialização pesada, que então dava seus primeiros passos, começava a ocupar espa-

ços antes preenchidos por livres importações. Com isso, o Brasil avançou, progrediu e iniciou uma forte urbanização, diversificando a estrutura social e econômica.

Salvo o curto momento Dutra, em que parecíamos abandonar nosso destino industrial, retomávamos com o II Vargas e com JK, o exercício possível de nossa soberania, agora ainda mais contestada: ousamos produzir e refinar o petróleo, fazer máquinas, usinas, expandir a mineração, substituir importações também agrícolas. Aceleramos a

“ É deplorável a subserviência com que o Estado brasileiro tem agido na implantação do Neoliberalismo, iniciada por Fernando I (Collor) ”

industrialização e a urbanização nos marcos da democracia. A consciência nacional sobre o uso da soberania cresceu e o debate político-ideológico se ampliou. Foi a partir daí que as ameaças aumentaram ainda mais, até culminar no Golpe de 1964.

Tomado todo o período do regime autoritário, foi apenas no governo Geisel que o Estado brasileiro ousou contestar alguns interesses internacionais maiores. Vinda a crise a partir dos 80, e a despeito da redemocratização, estivemos bastante submetidos ou ameaçados pelos interesses finan-

ceiros internacionais, que ainda continuam a reprimir nossa soberania econômica.

A Terceira Revolução Industrial, além das transformações tecnológicas que colocou em uso, gerou alguns fatores sumamente importantes que passaram a ferir mais duramente nossa soberania econômica a partir desta década:

— a constituição dos três grandes blocos econômicos, liderados por EUA, CEE e Japão, diminuindo ou impedindo negociações bilaterais entre o Brasil e os demais países;

— a violenta reconcentração de capital pelas empresas e bancos transnacionais, que lhes aumentaram de sobremodo seus poderes monopólicos imperialistas; e;

— a ideologia neoliberal que, ao impor as desregulações, a transferência do patrimônio público e a diminuição dos Estados nacionais, enfraquece nossa capacidade política de planejar nosso destino econômico e social.

É deplorável a subserviência com que o Estado brasileiro tem agido na implantação do Neoliberalismo, iniciada com Fernando I (Collor) e tão entusiasticamente aprofundada por Fernando II (FHC). Nosso país já não mais governa seus destinos econômicos. Nossas lutas pela industrialização, pelo aço, pelo petróleo, pela petroquímica, pela informática, pelas patentes, etc., já parecem sombras do passado. Quem, daquelas gerações que lutaram, mantém ainda um sentimento patriótico socialmente justo e um efetivo interesse pelo desenvolvimento nacional?

Wilson Cano é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp



Sonolência ou Morte, ilustração publicada no jornal O Malho, em 10 de setembro de 1904, criticando a apatia dos republicanos e fazendo referência ao governo de Rodrigues Alves